

“A LÍNGUA É O QUE NOS UNE”: LÍNGUA, SUJEITO E ESTADO NO MUSEU
DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Simão da SILVA SOBRINHO¹

RESUMO: Neste artigo, apresentamos, em linhas gerais, o projeto de tese que estamos desenvolvendo, no qual, adotando a perspectiva teórico-metodológica da História das Idéias Lingüísticas, aliada à Análise de Discurso, estamos analisando as “peças” que compõem o acervo do Museu da Língua Portuguesa considerando as relações que elas mantêm com a história. Buscamos compreender, em suma, os efeitos de sentidos desse museu na história da própria língua portuguesa, da produção brasileira de conhecimento lingüístico e do processo de formação política e social do Brasil. Procuramos pensar, ainda, os efeitos de sentidos desse museu multimídia na concepção tradicional de museu.

RÉSUMÉ: Cet article présente les grandes lignes du projet de thèse que nous développons, dans lequel, sous la perspective théorique-méthodologique de l’Histoire des Idées Linguistiques et de l’Analyse du Discours, nous analysons les « pièces » composant la collection du Musée de la Langue Portugaise en considérant les rapports qu’elles entretiennent avec l’histoire. Nous cherchons donc à comprendre les effets de sens de ce musée dans l’histoire de la langue portugaise elle-même, dans la production brésilienne de connaissance et dans le processus de formation politique et sociale du Brésil. Nous tentons en outre de penser les effets de sens de ce musée multimédia dans la conception traditionnelle de musée.

Do século XVI ao XVIII, Portugal colocou em ação, no Brasil, o que Mariani (2004) chama de colonização lingüística, processo que teve seu auge na promulgação do édito real de autoria do Marquês de Pombal, em 1759. Por esse édito, foi proibido o ensino das línguas indígenas nas escolas dos jesuítas e imposto o ensino do português. Esse ato político-jurídico do Estado português institucionalizou, no Brasil, a língua portuguesa com sua memória de filiação ao latim.

Durante esse processo de colonização lingüística, o conhecimento produzido sobre a língua portuguesa, nas gramáticas e dicionários, universalizou o português de Portugal como norma a ser seguida na metrópole e no Brasil. Os estudos sobre o português ou as línguas indígenas realizados no Brasil, nesse período, se subordinaram à apropriação do Brasil por Portugal, como aponta Orlandi (2000). Com raras exceções, somente a partir do século XIX os estudos sobre língua(s) feitos no Brasil se tornaram em questão brasileira.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, criaram as condições para a produção de saber sobre a língua portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como “lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ibidem, p. 28). A partir desse momento, coloca-se para nossos gramáticos e

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista Capes.

lexicólogos, com mais sistematicidade, não só a questão do português, mas a questão do português brasileiro.

O processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa que então se desenvolve vai se caracterizar pela articulação estreita com o processo de construção da nação brasileira, de formação da identidade nacional, de construção da língua nacional, resultando na constituição de um sujeito nacional brasileiro, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, língua que ganha visibilidade na gramática e no dicionário.

No escopo desse processo de gramatização articulado à questão da língua nacional, processo que não escapa à contradição e que institucionaliza a relação do sujeito brasileiro com a língua portuguesa, o Governo do Estado de São Paulo criou, em 2006, na cidade de São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa, que tem como único equivalente, no gênero, o *Afrikaans Language Museum*, fundado em 1975, em Paarl, África do Sul.

No projeto de tese que estamos desenvolvendo, investigamos os efeitos de sentidos do Museu da Língua Portuguesa, enquanto instituição lingüística inscrita na história, por uma análise de seu funcionamento discursivo. Estamos fazendo isso articulando os instrumentos teórico-metodológicos formulados por Auroux (1989, 1998, etc.) com o método discursivo proposto por Pêcheux (1997[1983], 1999 [1983], etc.) e desenvolvido, no Brasil, por Orlandi (1996, 1999, etc.).

Por essa via, procuramos compreender uma das formas da presença do político na linguagem: a institucionalização do saber sobre a(s) língua(s). Subsumimos que o político está presente na linguagem, entre outras formas, nas práticas institucionais sobre a(s) língua(s), por exemplo, na produção de dicionários e gramáticas, na elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de língua(s), e, no caso que propomos, na criação do Museu da Língua Portuguesa.

Pode-se indagar, tomando como observatório essas práticas institucionais sobre a(s) língua(s), a constituição dos sujeitos, da sociedade e da história. Desse modo, na investigação do Museu da Língua Portuguesa estamos inquirindo como os conhecimentos sobre a língua portuguesa produzidos no Brasil concorrem para o processo histórico e político de constituição da sociedade brasileira e da própria língua.

Essa articulação que propomos entre o saber sobre a língua e a história da sociedade e entre o saber sobre a língua e a língua nacional, atentando para as relações entre unidade e diversidade em face do Estado, já foi formulada no âmbito do programa de pesquisa História das Idéias Lingüísticas², programa desenvolvido em parcerias firmadas entre diversas universidades brasileiras e francesas. Citamos, a esse respeito, os trabalhos de Dias (1996), Pfeiffer (2000), Rodríguez Zuccolillo (2000), Morello (2001), Orlandi (2002), Horta Nunes (2006), Payer (2006), dentre outros.

² A história desse programa no Brasil remonta a 1987, quando Eni Orlandi propôs, na Unicamp, um projeto de área intitulado “Discurso, Significação, Brasilidade”, que visava empregar a forma de conhecimento produzida pela Análise de Discurso na reflexão sobre a nossa história. Em estágio de pós-doutorado em Paris (1987/1988), Orlandi conheceu o programa de pesquisa coordenado, na França, à época, por Sylvain Auroux, projeto que investiga a história do conhecimento metalingüístico em uma perspectiva multidisciplinar inscrita na História da Ciência. Esse encontro resultou num projeto comum: História das Idéias Lingüísticas, projeto no qual os objetos de trabalho do projeto “Discurso, Significação, Brasilidade” foram aliados à forma de reflexão já estabelecida em bases sólidas por Auroux e sua equipe.

Nossa investigação se filia, desse modo, a uma forma específica de pensar a história do conhecimento sobre a língua, forma atenta à materialidade histórica dos objetos simbólicos (as gramáticas, os dicionários e, como estamos propondo, o Museu da Língua Portuguesa) que institucionalizam um saber sobre a língua que determina historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com outros falantes.

Dessa maneira, nosso projeto de tese contribuirá, entre outras coisas, para a compreensão das políticas lingüísticas que estão sendo produzidas no Brasil, tanto das políticas lingüísticas explícitas, planejadas, organizacionais, quanto das políticas lingüísticas menos evidentes, presentes implicitamente nas práticas languageiras diferenciadas e produtoras de diferenças (Orlandi, 2002).

Trata-se de pesquisa na qual buscamos respostas possíveis para perguntas tais como: O que produz a necessidade da criação de um Museu da Língua Portuguesa nesse momento da história social e política do Brasil? Como se produziu historicamente o espetáculo da língua que se verifica no Museu da Língua Portuguesa? A articulação entre essas duas instituições, língua e museu, produz quais deslocamentos, se é que o faz, nos conceitos já estabilizados de língua e de museu? De que modos a relação entre sujeito, língua e Estado está significada no espetáculo da língua que se observa no Museu da Língua Portuguesa? Como o Museu da Língua Portuguesa institucionaliza os conhecimentos sobre a(s) língua(s) produzidos no Brasil?

Na produção de respostas possíveis a essas perguntas, estamos pensando o Museu da Língua Portuguesa como instrumento lingüístico e, principalmente, como espetáculo da língua.

Para Auroux (1992) os instrumentos lingüísticos são a gramática e o dicionário. Argumentamos que o Museu da Língua Portuguesa pode ser tomado, também, como um instrumento lingüístico, na medida em que, assim como a gramática e o dicionário, ele intervém na relação entre língua, sujeito e Estado de duas maneiras aparentemente antagônicas: i. ele reduz a liberdade de variação lingüística, devido ao caráter normativo de sua “descrição” da língua; ii. ele amplia a “competência” lingüística do falante, que encontra nele possibilidades de uso da língua que não sabia existir.

Entendemos, porém, o Museu da Língua Portuguesa como um instrumento lingüístico diferente da gramática e do dicionário. Diferente em vários aspectos, por exemplo: i. como prática discursiva, ele articula diferentes linguagens, verbais e não-verbais, no processo de significação; ii. ele produz uma determinada instrumentalização do passado, entendendo-se a instrumentalização, seguindo a Escola de Frankfurt, como o uso da história em prol de uma identidade, de uma ideologia ou de um Estado, podendo esse uso ser consciente ou inconsciente, deliberado ou fortuito; iii. nele, observa-se o espetáculo da língua.

Esse último ponto ocupa um lugar central em nossa reflexão. No Museu da Língua Portuguesa pode-se observar o espetáculo da língua. Aproximamo-nos, aqui, de Debord (1997[1967]), para quem o espetáculo é um discurso que, na “aparência fetichista de pura objetividade”, esconde “o seu caráter de relação entre homens e entre classes” (ibidem, p. 20).

Desse modo, o espetáculo da língua não se confunde com o conjunto de imagens e sons que compõe o acervo do museu, nem com entretenimento, diz respeito à “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (ibidem, p. 14). A partir dessa definição de

espetáculo e utilizando os termos de Debord (ibidem), pode-se dizer que na origem do espetáculo da língua está a “perda da unidade do mundo” (ibidem, p. 21-23). Falar em espetáculo, assim, é falar em separação, divisão, relações entre homens e entre classes, relações de dominação. Estamos, em nosso trabalho, verificando a produtividade e os limites dessa noção como um dispositivo na compreensão do Museu da Língua Portuguesa.

Como instrumento lingüístico no qual se pode observar o espetáculo da língua, esse museu produz um arquivo da língua e do saber sobre ela. Para compreender isso, fazemos distinção, como o faz Orlandi (2003), entre interdiscurso e arquivo. O interdiscurso, como diz a autora, é memória constitutiva, refere o saber discursivo que possibilita todo gesto de interpretação, que sustenta todo dizer.

Trata-se de uma memória significativa, na qual nossas palavras se produzem e significam. Desse modo, pode-se afirmar que todo dizer se faz a partir de uma repetição, esclarecendo que, em *Análise de Discurso*, trabalhamos com a noção de repetição histórica, repetição na qual há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico. No interdiscurso, portanto, os sentidos se estabilizam e se movimentam.

O arquivo, por outro lado, é memória institucionalizada, estabilização de sentidos. Nele, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Há, no arquivo, um efeito de fechamento, uma vez que ele repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito.

O interdiscurso e o arquivo são dois modos distintos de funcionamento da memória discursiva. Enquanto o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece ou o que não se deve esquecer. Mais especificamente, no museu, o arquivo acentua o que deve ser lembrado na relação com a língua. O arquivo tem, desse modo, a forma da instituição que organiza e distribui sentidos.

Metodologicamente, investigamos esses funcionamentos da memória remetendo ao discurso as unidades de análise, verbais e não-verbais, recortadas do acervo do Museu da Língua Portuguesa. Analisamos, assim, as relações do discurso sobre a língua materializado nesse museu com as formações discursivas, em seu vínculo com a ideologia. Seguindo esse percurso analítico, consideramos a relação do dizer e do não-dizer, o que nos permite ver a configuração das formações discursivas em funcionamento.

Em outros termos, como procedimento de análise, em nosso “gesto de interpretação” (Orlandi, 1996), estamos relacionando o que é dito no museu, tanto em matéria verbal quanto não-verbal, com o que não foi dito e/ou o que poderia ter sido dito sobre a língua.

A pesquisa está bem no começo, por isso, não temos, ainda, resultados ou análises já concluídas para apresentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. (1998). “Língua e Hiperlíngua”, in: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 1, pp. 17-30.
- DEBORD, G. (1997[1967]). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DIAS, L. F. (1996). *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes.

- HORTA NUNES, J. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.
- MARIANI, B. S. C. (2004). *A Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes.
- MORELLO, R. (2001). *A Língua Portuguesa pelo Brasil: Diferença e Autoria*. Tese de doutorado inédita. Campinas, IEL/UNICAMP.
- ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2000). “O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico”, in: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 4/5, pp. 19-34.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2003). “Ler a cidade: o arquivo e a memória”, in: E. P. ORLANDI (org.), *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes : Labeurb/UNICAMP, pp. 7-20.
- PAYER, M. O. (2006). *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.
- PÊCHEUX, M. (1997[1983]). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (1999[1983]). “Papel da memória”, in: P. ACHARD *et alii*, *Papel da memória*. Campinas: Pontes, pp. 49-57.
- PFEIFFER, C. C. (2000). *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. Tese de doutorado inédita. Campinas, IEL/UNICAMP.
- RODRÍGUEZ ZUCCOLILLO, C. M. (2000). *Língua, Nação e Nacionalismo. Um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese de doutorado inédita. Campinas, IEL/UNICAMP.